

II - Bosquejo Histórico de uma Filosofia da Linguagem

Florival Seraine

2.1 – Dedicamos aqui estas páginas sintéticas à história da Filosofia da Linguagem.

Diferente da Lingüística propriamente dita, que vai buscar na Índia os seus primórdios, trazendo a lume, especialmente, a famosa Gramática de Panini, foi na Grécia antiga que encontrou a Filosofia da Linguagem as suas manifestações iniciais dignas de relevo.

No século V. a.C. surgiu um agrupamento de intelectuais denominados **sofistas**, entre os quais se achavam Protágoras, Górgias, Hipias e outros. É bem conhecida a proposição – o homem é a medida de todas as cousas – deles procedente. A História da Filosofia se estende acerca dos princípios que adotaram esses filósofos, ao encarar os problemas do universo, da existência e da criatura vivendo em sociedade. Em suas elucubrações não deixaram passar despercebidos temas referentes à linguagem, formulando a respeito considerações apreciáveis. Dentro de sua tese de que todo conhecimento é relativo, os Sofistas negaram à linguagem a capacidade de refletir a realidade. Vejamos como se expressa E. Cassirer a respeito: “Os sofistas mantiveram a suposição básica que o objetivo do conhecimento é refletir e reproduzir a essência das cousas, enquanto o da linguagem é refletir e reproduzir a essência do conhecimento. Esforçaram-se por mostrar que ambos objetivos são inatingíveis apesar daquela forma subjacente da **questão**. “Se existe ser – diz Górgias – é inacessível e incognoscível; se é cognoscível, é inexprimível e incomunicável. Assim como, por sua natureza, os sentidos da visão e da audição são limitados à sua esfera específica de qualidades; assim como alguém somente pode perceber brilhos e cores e outra pessoa apenas tons – de maneira semelhante, a fala nunca poderá transcender a si própria para apreender alguma “outra” coisa, posta diante de si, que deve apreender o “ser” e a “verdade”.⁽¹⁾ Além deste agrupamento pré-socrático, não devemos esquecer que a maioria das “escolas” gregas de filosofia incluiu a linguagem

como um dos seus objetos de investigação. Destacamos a figura de Heráclito, que fez do “Logos”, “A Palavra”, como a expressão do pensamento, o núcleo de suas especulações panteístas. Em seguida mencionamos Parmênides e sua escola eleática, Demócrito, Epicuro e seus discípulos, que debateram temas de linguagem.

2.2 – Na órbita da Filosofia da Linguagem, as personalidades que mais se destacaram, na antiga Hélade, foram, sem dúvida, Platão e Aristóteles. De referência ao primeiro, acode-nos de imediato ao espírito o seu famoso diálogo de **Crátilo**, no qual se encontra a discussão entre Crátilo (um filósofo da linha de Heráclito) e Hermógenes (que se inclina para Demócrito e seus seguidores). Platão claramente se identifica com Heráclito, enquanto que Aristóteles desenvolveu umas idéias lingüísticas baseado em proposições de Demócrito. Platão, no **Crátilo**, discutiu principalmente a questão relacionada com o seguinte: a linguagem é imposta ao homem por uma necessidade da natureza, ou se origina do poder de julgamento das pessoas. Individualmente, parece ele participar da primeira dessas opiniões, a qual está de acordo com a metafísica das idéias, que regem de fora a mente humana. Para Aristóteles a linguagem surgiu por convenção ou acordo entre os homens. Todavia, faz o Estagirita uma distinção entre a linguagem propriamente como um produto da convenção e o conteúdo da linguagem que está de conformidade com as cousas e assim o é. Platão (427-348 a.C.), no diálogo já citado, debate a Etimologia e, em particular, – como já foi dito –, se as cousas e as palavras que as denominam têm caráter natural e necessário, ou se não passam do resultado de convenção humana. A importância deste significativo trecho de “O Banquete” está em que será talvez o mais antigo vestígio da controvérsia entre **Analogistas**, adeptos da origem natural da linguagem, reconhecendo nela base regular e lógica, e **Anomalistas**, que apontam, em contradição com aqueles, as irregularidades da estrutura lingüística.⁽²⁾

No capítulo “A Sétima Carta”, do seu livro “Linguagem e Filosofia”, Étienne Gilson observa que “a relação do escrito com o falado, tomada em si e como problema distinto, é por si mesma uma das principais constantes da Filosofia da linguagem”. E anota, em seguida, que desde o **Fedro**, de Platão, a Ferdinand de Saussure, sempre houve filósofos e lingüistas a cuja autoridade apelar para confirmação de que a escrita é como uma **dublagem** da palavra. Com a intuição que possui da diferença real das duas ordens expressivas, o gênio grego, através de Sócrates, oferece como prova ou, pelo menos, como índice do que se alega, a divergência de condição entre o pensamento falado

e o pensamento escrito: um é vivo, o outro é inanimado e, em vista disso, reduz a escrita a uma imagem da palavra.⁽³⁾

Os antigos também consideravam Aristóteles (384-322 a.C.) o fundador da Filosofia, e a linguagem, ou antes, apreciações sobre ela, de cunho filosófico, não são raras em sua obra.

2.3 – Vale a pena considerá-las e ao influxo que exerceram sobre os pensadores que se lhes seguiram, naqueles que, por exemplo, fundamentaram as suas teorias escolásticas, na Idade Média, atingindo o plano da linguagem.

No **De Interpretatione** o sábio helênico insiste em que as palavras são fundamentalmente signos de impressões mentais e só secundariamente signos das coisas, às quais essas se assemelham. E elabora uma teoria da proposição que, não obstante ser incompleta e fonte de interminável confusão, indica, contudo, uma atitude para com a linguagem muito mais crítica do que sugeria sua construção lógica considerada como um todo. Pois aqui Aristóteles não encontra dificuldade em resolver a questão principal suscitada por Platão no **Crátilo**. Toda linguagem significativa – afirma o Estagirita – só é significativa por convenção, e não por natureza ou como instrumento natural. Descuida então as agudas observações de Platão com respeito à parte que representa a onomatopéia na origem da linguagem. No **De Interpretatione** se excluem deliberadamente vários ramos da linguagem significativa e se nos convida ali a considerar somente a variedade tida como **enunciativa**, a qual, ao declarar a verdade ou falsidade, é a única que pertence à Lógica; os outros modos da linguagem, depreciativo, imperativo, interrogativo etc., se julgam mais naturalmente como partes da Retórica ou a Poética. Em a **Poética** Aristóteles alude novamente às “operações das quais a linguagem é a refutação, o surgir das emoções, tais como a piedade, o medo, a cólera etc., o exagero e a depreciação”. Ao comentar o uso enunciativo ou **apofântico** da linguagem se refere Ammonio a certa passagem que se encontra em uma das obras perdidas de Teofrasto, onde a linguagem **apofântica**, que se refere a cousas, se distingue de outras variedades de linguagem, relativas ao efeito que se produz no ouvinte, e que variam segundo o destinatário. Estas diferentes classes de proposições, em número de cinco, segundo os peripatéticos, posteriores, foram elaboradas com maior persistência pelos Estoicos.⁽⁴⁾

No tocante a estes pensadores, cuja Escola foi fundada em Atenas, pelos anos 300 a.C., merecem ser destacadas as suas concepções acerca da linguagem. Esses pós-aristotélicos, diversamente dos

sofistas, afirmavam um parentesco natural entre o ser e a cognição, e um acordo natural entre a palavra e o significado.⁽⁵⁾ Os Estoicos, em prosseguimento a Aristóteles, desenvolveram uma análise mais completa da linguagem e chegaram às asserções gramaticais, dando lugar a um debate referente à natureza da gramática, isto é, das regras subjacentes que existem no uso da linguagem. Os fundamentos da gramática grega foram lançados por Aristóteles e continuados pelos Estoicos, a quem se deve o conceito dos casos nominais.⁽⁶⁾

2.4 – Na Idade Média, a Filosofia da Linguagem encontra na Escolástica, tanto na primitiva como na alta, representantes apreciáveis, como Pedro Abelardo, Guilherme de Occam e outros.

Não podemos deixar de nos referir aqui à famosa “disputa dos universais”, à pugna entre **realistas** e **nominalistas**. Conforme A. Lalande, na Idade Média o realismo é “doutrina segundo a qual os Universais existem independentemente das cousas nas quais se manifestam”, em oposição ao nominalismo, que é “doutrina segundo a qual não existem **idéias gerais**, e sim apenas signos gerais”.⁽⁷⁾

Pedro Abelardo (1079-1142), discípulo de Roscelino de Compiègne, trata de conseguir uma posição média na disputa. Para ele, os conceitos universais não são certamente meras palavras (**voces**), se não palavras animadas de sentido (**sermões**), que nós, ao julgar, enunciamos de uma pluralidade de objetos. Todavia, a essas palavras corresponde nos próprios objetos o mesmo **status**, a igualdade de essência; corresponde em nossa consciência cognoscente o quadro do conceito (de onde se chamou a teoria de **conceptualismo**), o esquema do homem em geral, por exemplo, esquema no qual fundimos as imagens dos diversos homens que temos visto; e, finalmente, no espírito de Deus corresponde o arquétipo criador das cousas. Com isto prepara Abelardo a conhecida fórmula, segundo a qual se resolve a questão dos universais na direção dominante da alta Escolástica: **universalia ante rem**, universais antes das cousas, enquanto arquétipos no espírito divino; **universalia in re**, universais nas cousas, enquanto essências em diferença do accidental e fora da essência; **universalia post rem**, universais depois das cousas, enquanto esquemas de conceitos em nós. (Von Aster). Referindo-se ao pensador norte-americano M. J. Adler, de nossa época, E. Gilson observa que, ao ocupar-se dos “aspectos universais” que há nas cousas, leva-nos aquele a invocar as elucubrações de antigas figuras como Abelardo, que usara de termos, a propósito, que se assemelham aos de M. J. Adler. Todavia – aduz o escritor francês – “Abelardo sabia muito bem

que, sendo as cousas individuais enquanto que reais, os universais não podem significá-las enquanto que elas se comunicam, posto que, enquanto reais, não se comunicam em nada. Não se sabe, pois, como filósofo da linguagem, em que elemento real se funda a comunidade dos universais e dos nomes que os significam. Os nomes – diz Abelardo – são corporais em si mesmos, porém incorporais, enquanto ao sentido: **incorpore a quantum ad modum significationis**; literalmente, enquanto à sua maneira de significar”.⁽⁸⁾ Não nos entenderemos mais acerca daquele que foi um importante expositor e aplicador do método escolástico e considerado um dos escritores mais engenhosos e influentes da Idade Média.

Guilherme de Occam, a mais relevante personalidade da última época da Escolástica, vem interessando aos estudiosos da Filosofia da linguagem, cabendo citar, a respeito, o livro “El Nominalismo de Guillermo de Occam como Filosofia dal Lenguaje”, da autoria de Teodoro de Andrés S.J.⁽⁹⁾

Para fazer avaliar a significação do nome de Occam nos temas que ora nos interessam recorreremos a esta citação do pensador francês há pouco aludido: “O ouvido menos exercitado percebe rapidamente sob tais enunciados a presença dos problemas que, com os nomes de realismo e de nominalismo, agitaram as escolas da Idade Média durante três séculos, pelo menos. Hoje em dia, nos contentamos em dar por resolvidos esses problemas filosóficos, em virtude de um decreto prévio de não filosofar. Não basta, contudo, que uma solução seja filosófica para que se converta em científica. Que é esse “objeto concreto” que não seria mais do que um “exemplar” do conceito? Platão, Aristóteles, Abelardo e **Occam** pedem em seguida a palavra e hoje não podemos fazer outra coisa que calar, ou retomar o problema no ponto em que eles o deixaram”.⁽¹⁰⁾

Guilherme de Occam viveu nos primeiros anos do século XIV e foi – no dizer de Von Aster – “ao mesmo tempo fundador e principal representante do Nominalismo”. Para Occam – refere o conhecido historiador da Filosofia – “toda a realidade consiste em seres individuais particulares; os objetos universais são objetos fictícios, não há signos de significação universal que apliquemos aos objetos particulares, semelhantes em razão dessa mesma semelhança. Posto que somente o individual tem realidade, a intuição, a **experiência** interior e exterior, é o fundo de todo o conhecimento”.⁽¹¹⁾

Para alguns autores, entre eles Santeler, o **nominalismo** do final da Idade Média, especialmente o de Occam, é denominação aplicada ao **conceptualismo**, não sem certa razão, visto como os conceitos

universais, da maneira em que este os entende, não são mais adequados do que os esquemas sensoriais do nominalismo para a construção das ciências.⁽¹²⁾ L. Rougier se detém, na sua obra “La Métaphysique et le Langage”, sobre aspectos da filosofia da linguagem de Guilherme de Occam e o que aí considera merece a atenção dos interessados na matéria.⁽¹³⁾ Típico representante do nominalismo medieval, Occam notabilizou-se ainda pelo seu conceito de **Occam's Razor** (navalha de Occam), segundo que o progresso do pensamento reside na economia de termos.

2.5 – São Tomás de Aquino e Santo Agostinho são personalidades que viveram em épocas muito distantes – o primeiro no século XIII e o segundo no IV, mas são igualmente do mais alto relevo as suas especulações metafísicas, que atingem, por vezes, os domínios da filosofia da linguagem.

Como afirmou Santo Agostinho, a palavra não é mais do que um dos numerosos meios conhecidos de significação. Depois de haver assinalado que os animais usam signos, e que cabe perguntarmos se os gritos e gemidos dos homens são, ou não, signos, faz observar que certos signos (ou meios de comunicar o pensamento) se dirigem à vista; outros, ao ouvido. Dirigem-se à vista os sinais de cabeça, os gestos das mãos, alguns jogos de cena dos atores, as insígnias e as bandeiras militares: “Todos estes signos são de alguma maneira palavras visíveis”. Acrescenta, porém, Agostinho que os signos que se dirigem ao ouvido são sem comparação mais numerosos, que as palavras são para o homem o meio principal de comunicar os pensamentos, e conclui: “eu tenho podido descrever todos estes signos com a ajuda de palavras, enquanto que, por mais que me esforce, não poderia descrever as palavras por meio desses signos”.⁽¹⁴⁾ O problema da relação da Lingüística com a Semiologia Geral – observa a propósito E. Gilson – é uma das constantes da Filosofia da Linguagem.⁽¹⁵⁾

Não é fácil encontrar na metafísica do **Doutor Angélico** uma abordagem direta dos temas que alcançam as perspectivas atuais da Filosofia da Linguagem.

“**Id quod ex re intellecta concipit intellectus, dicitur verbum**” acha-se na **Summa Theologiae**, a obra capital de S. Tomás. Em certo passo do volume “Lingüística e Filosofia”, considera o neotomista E. Gilson: “... o filósofo que se interroga pela linguagem como momento da atividade noética vacilará muito, antes de reduzi-la a uma operação de dois termos, a palavra e o sentido, fazendo abstração de sua relação com o objeto extramental a que se refere o discurso em

seu uso normal. Então volta inevitavelmente à formulação aristotélica do problema; não porque seja Aristóteles quem o dissera, senão porque não basta que Aristóteles haja dito qualquer coisa para que isto seja falso. A linguagem não significa em primeiro lugar o pensamento, senão as coisas; não pode significá-las – dizíamos – mais do que se no homem existe um poder de conhecer as coisas sob a forma de universais, ou idéias gerais, aplicáveis a classes, cada uma das quais possa ser designada por um nome; nossa concepção desses universais é o que se chama “conceito”. Isto é o que Tomás de Aquino chama freqüentemente **verbum**, porque este verbo é o que o intelecto concebe da coisa. Este poder de conceber o universal tem que ser imaterial como o próprio universal, e se o homem é o único animal falante, capaz de conceber o pensamento abstrato e de significá-lo por meio de palavras, é, sem dúvida, porque é o único que possui este poder imaterial”. Em outro passo, observa o pensador francês que “aquilo que Tomás de Aquino chama **verbo** interior não ‘significa’ objeto, porém que o manifesta por meio do ato do entendimento, enquanto que a palavra, que é em si um signo, significa diretamente o objeto que conhece o entendimento”.⁽¹⁶⁾

Não alongaremos esta nota sobre o criador do tomismo, vulto excelso do pensamento cristão, que nasceu em 1225 e faleceu em 1274.

2.6 – Atravessemos a filosofia das centúrias seguintes, em que nada de realce se observa no tocante à especulação sobre a filosofia da linguagem, e alcancemos o século XVII, em que se desenvolve a inteligência de René Descartes, nascido em 1596.

E. Cassirer, em sua “Filosofia das Formas Simbólicas”, estuda o problema da linguagem na história da Filosofia, iniciando esta parte da obra pelo Idealismo (Platão, Descartes, Leibniz).

Referindo-se ao célebre autor do “Discurso sobre o Método”, considera que ele estabeleceu os alicerces filosóficos universais para o ideal renascentista do conhecimento, vendo a teoria da linguagem em uma nova luz. “Em suas obras sistemáticas principais não nos ofertou estudos filosóficos da linguagem independentes, mas em uma carta dirigida a Mersenne, o único lugar, aliás, em que toca no assunto, mostra ele uma abordagem muito característica, que veio a ser altamente significativa no período seguinte. “O ideal da unidade do conhecimento, a **sapientia humana**, que sempre permanece único e o mesmo, indiferente a quantos objetos ele envolve, é aqui estendido à linguagem. À exigência de uma **mathesis universalis** é acrescentada a exigência de uma **língua universalis**”. E adianta o neokantiano de

Marburgo: “Pois, justamente como existe uma autêntica ordem definida entre as idéias da matemática, por exemplo, entre os números, então, a totalidade da consciência humana, com todos os conteúdos que podem sempre integrá-la, constituirá uma totalidade estritamente ordenada. E, de modo semelhante, justamente como o sistema total da aritmética pode ser construído fora dos relativamente poucos signos numéricos, deve ser possível designar a soma e a estrutura de todos os conteúdos intelectuais por um limitado número de signos lingüísticos, contanto que eles sejam combinados de acordo com regras definidas, universais”.⁽¹⁷⁾

Descartes – conforme já se referiu – não se ocupou longa e detidamente da linguagem nos trabalhos filosóficos que divulgou, entretanto, formulou observações sobre a natureza da mesma, que, ainda em nossa época, repercutiram nos meios lingüísticos.

No início do seu volume “Lingüística Cartesiana”, em que trata do “aspecto criador da linguagem”, N. Chomsky assinala que, para Descartes, a diferença essencial entre o homem e o animal revela-se de modo mais claro na linguagem humana, em especial na capacidade do homem para formar novas proposições, que expressam novos pensamentos, apropriados a novas situações.⁽¹⁸⁾

Em síntese, segundo pensa o filósofo gaulês, o homem possui uma faculdade, peculiar à espécie, um tipo único de organização intelectual, que não pode ser atribuída a órgãos periféricos ou relacionados à inteligência geral e se manifesta naquilo que se pode designar como “aspecto criador” do uso ordinário da linguagem, tendo a propriedade de ser ao mesmo tempo ilimitada em extensão e livre de estímulos. Afirma ele, pois, que a linguagem é utilizável para a livre expressão do pensamento e para a resposta adequada em qualquer novo contexto, não sendo determinada por qualquer associação fixa de enunciados com estímulos externos ou estados fisiológicos (identificáveis de qualquer maneira não circular).⁽¹⁹⁾

Todavia, não é na obra do próprio autor do **Discurso** que N. Chomsky vai encontrar os mais firmes pontos de contacto ideológico com as suas doutrinas lingüísticas, mas no seu seguidor, um cartesiano de pouco destaque, que se chama Géraud de Cordemoy.

“As observações de Descartes sobre a linguagem – acentua Chomsky – com relação ao problema da explicação mecanicista, foram desenvolvidas em um interessante estudo de Cordemoy”.⁽²⁰⁾

Em vista desse interesse demonstrado por um lingüista de categoria, no atinente a asserções desse “cartesiano menor”, foi que a obra deste saiu da obscuridade a que fôra relegada e teve novas edições,

uma delas acompanhada de sua bibliografia e crítica, da lavra de Pierre Clair e François Garbal (Paris, PUF, 1969).

A respeito desse prosélito de Descartes, não podemos deixar de transcrever as considerações de E. Gilson: “Assim, enquanto Malebranche inventava o sistema ocasionalista para superar o paradoxo cartesiano, Spinoza imaginava o paralelismo do Pensamento e o Entendimento, e Leibniz concebia sua “Harmonia Pré-estabelecida”, com o mesmo fim, o modesto Cordemoy contentava-se em ver na união da alma e do corpo uma instituição divina tão livre como possa ser a instituição humana da relação das palavras com os sentidos, que é a essência mesma da linguagem”.⁽²¹⁾

2.7 – Leibniz (Godofredo Guilherme), o genial filósofo das “mônadas” e da “harmonia pré-estabelecida”, nasceu em 1646 e faleceu em 1716. Foi somente com ele que se reintegrou o problema da linguagem ao contexto da **lógica universal** (que ele reconheceu ser pré-requisito para toda a Filosofia e toda a cognição teórica em geral); que o problema de uma linguagem universal foi visto em uma nova profundidade, de acordo com as expressões de Cassirer.⁽²²⁾ Há um ponto na filosofia de Leibniz, com que novamente deparam os filósofos modernos. **Aspira ele** a uma fusão da Lógica e da Matemática pura, uma conversão da Matemática a uma ciência dos objetos ordenados em geral, que abarque dentro de si a Lógica. De outra parte, deseja a conversão da Lógica em um “cálculo lógico”, segundo a expressão moderna, em uma técnica do conhecimento conforme ao modelo da Álgebra que aplica as regras do cálculo. Estas aspirações, conseqüentemente desenvolvidas, levam a eliminar das matemáticas o elemento intuitivo. Com elas se vincula também outra: a idéia de um “alfabeto de conceitos”, isto é, de um retrocesso até os últimos conceitos fundamentais **simples**, mediante cuja combinação teria que ser possível descobrir claramente a essência conceptual de **todos** os objetos. Esta classe de idéias – conclui Von Aster, em quem nos baseamos nestas asserções – não é alheia ao pensamento de Descartes, porém Leibniz vai além, chega até a crer, como genuíno representante do Racionalismo, na possibilidade de chegar por este caminho a uma língua racionalmente construída, comparável à linguagem de nossas fórmulas químicas e capaz de substituir as línguas vivas.⁽²³⁾

“O **racionalismo** de Leibniz – escreve Cassirer – efetuou sua definitiva confirmação e acabamento na contemplação da linguagem, que é vista exclusivamente como um meio de cognição, um instrumento da análise lógica; porém, ao mesmo tempo, este próprio racionalis-

mo, em comparação ao de Descartes, ganha uma espécie de forma concreta. Pois, a correlação, aqui asseverada, entre pensamento e fala impele a relação entre pensamento e sensação dentro de uma nova luz". Ainda a propósito de Leibniz, considera o autor da "Filosofia das Formas Simbólicas": "Se o objeto da característica universal for realizado, se cada idéia simples for expressa por um mero signo sensível, e cada idéia complexa por uma combinação correspondente de tais signos, o específico e accidental caráter das línguas particulares seria diluído dentro de uma só, universal, linguagem básica". Por fim esclarece: "Leibniz não descobre esta linguagem básica, esta **linguagem adâmica**, como ele a chamou... ele a considera como um conceito ideal que nossa cognição deve progressivamente abordar, a fim de atingir a meta da objetividade e universalidade".⁽²⁴⁾

2.8 – Vejamos agora qual a posição do problema da linguagem no sistema do **empirismo**.

Focalizamos, de maneira sucinta, as figuras de Bacon, Hobbes, Locke e Berkeley, em seus pronunciamentos sobre o tema.

Francisco **Bacon** (1561-1626) iniciou uma senda que caracteriza a principal orientação da filosofia inglesa dos séculos XVII e XVIII. Em sua teoria empirista do conhecimento considera a experiência o único fundamento, a indução o único procedimento frutuoso da ciência. À lógica aristotélica, ao "órgano" contrapõe seu **Novum Organum**, à dedução opõe a **indução**, que parte da consideração dos fatos, não de conceitos preformados, que aparecem unicamente como envolturas vazias de palavras e que lentamente generalizam o observado. (Von Aster).⁽²⁵⁾

O **empirismo** filosófico – adverte Cassirer – parece abrir-se sobre um novo **approach** à linguagem, pois, em acordo com sua tendência fundamental, ele se esforça, não para relacionar o fato de linguagem ao ideal lógico, mas, antes, para compreendê-lo em sua pura facticidade, em sua origem e propósitos empíricos. Em lugar da linguagem perdida em uma utopia lógica, procura ele conhecê-la exclusivamente em sua realidade e função psicológicas.⁽²⁶⁾

John Locke (1632-1704), cuja obra principal é o **Ensaio sobre o Entendimento Humano**, acentua claramente que seu plano para uma crítica do entendimento não requer originariamente crítica especial da linguagem; que se lhe tornou apenas evidente, de modo gradual, que a questão do significado e da origem dos conceitos não poderá ser separada da questão da origem dos nomes. Mas, uma vez tenha ele reconhecido esta afinidade, a linguagem se lhe tornou um dos

mais importantes testemunhos para a verdade da atitude empirista fundamental. Locke considerou a linguagem como tal uma demonstração da sua visão geral da realidade espiritual. A natureza dos objetos – como ele demasiado enfatizou – nunca é expressa na unidade da palavra; o que é expresso é apenas a operação subjetiva pela qual o espírito humano procede para reunir suas meras idéias sensoriais dentro de um conceito. Deste modo, o espírito não é preso por um modelo substancial, por uma propriedade real das cousas. Pode arbitrariamente acentuar um ou outro conteúdo perceptivo ou combinar grupos diferentes de simples elementos dentro de idéias complexas. É a diversidade destas linhas subjetivas de conexão e divisão que diferencia as várias classes de conceitos e significações lingüísticas. Por isso, estes nunca podem ser qualquer coisa mais do que reflexão do processo subjetivo da combinação e superação; eles não podem refletir o caráter objetivo da realidade e sua estrutura, segundo os reais ou lógico-metafísicos gêneros e espécies. (Cassirer).⁽²⁷⁾

Locke foi um pensador que enfocou diretamente o problema da linguagem, em seu célebre ensaio: **Of Words and Language in General**, mas enfocou-a do seu ponto-de-vista filosófico, e não lingüístico. Convencido de que o homem é o único animal que fala e, que os outros animais não têm o poder de abstrair, considera a propósito: “É evidente que não se observa neles indício algum do poder de usar signos gerais para significar idéias universais; de onde resulta que temos motivos para imaginar que não têm o poder de abstrair, posto que não fazem uso de palavras nem de outros signos gerais”.⁽²⁸⁾ Cabe-nos por fim destacar aquele ensinamento lockiano: “nada está no intelecto que não tivesse estado antes nos sentidos”. Já foi dito alhures que Locke invocou a linguagem como um testemunho para essa sua tese geral, tendo encontrado nela uma confirmação de sua abordagem fundamental ao conhecimento.

Hobbes (Tomás) nasceu em 1588 e morreu em 1679. Apesar de sua teoria do Estado ser considerada a sua criação mais importante, encaixa-se ela dentro do marco de um quadro geral filosófico do universo, que se pode contar entre os demais grandes sistemas do século XVII.⁽²⁹⁾ E o problema da linguagem, filosoficamente tratado, mereceu-lhe a atenção, em sua “teoria empírico-nominalista do conhecimento”.⁽³⁰⁾ Para ele, “os conceitos são signos, nomes que aplicamos às cousas, mas, nomes universais, que damos não a **uma** coisa, porém, a **muitas**, em razão da semelhança ou de suas conexões”. A capacidade de formar tais signos gerais, o instrumento da linguagem, inventado pelo homem, é o que o distingue dos animais colocando-o em

condições de condensar suas experiências e, conseqüentemente, de dominá-las e fazê-las úteis, de uma forma muito mais ampla que o animal dependente de impressões particulares”.⁽³¹⁾ Como se vê – pondera Von Aster – Hobbes é nominalista conseqüente, isto é, um nominalista, a par do seu reconhecido empirismo.

No que tange a Hobbes, pronuncia-se Cassirer em trechos da sua obra capital: Hobbes não atribuíra somente a verdade, mas **toda a verdade**, à linguagem; o seu conceito de verdade culmina na tese de que a verdade não se encontra nas cousas, mas apenas nas palavras e o uso das mesmas: **veritas in dicto, non in re consistit**. As cousas são e subsistem como particulares reais, que são manifestas para nós em sensações concretas, particulares. Contudo, nem as cousas particulares nem a sensação particular podem sempre constituir o verdadeiro objeto do **conhecimento**, pois, o conhecimento, merecedor deste nome, não é mero conhecimento histórico do particular, mas filosófico, isto é, necessariamente conhecimento do universal. Destarte, enquanto sensação e memória são limitadas aos **fatos materiais**, toda a ciência é orientada em direção às relações e inferências gerais, para combinações **dedutivas**. E o órgão e o instrumento que emprega, de modo algum pode ser outro que a palavra. Pois, nosso espírito pode obter discernimento dedutivo somente dentro daqueles conteúdos, que não são, à maneira de cousas ou sensações, **dados** a ele do exterior, mas apenas dentro daqueles que ele **cria** e livremente produz fora de si próprio. Não goza de tal liberdade para com os **objetos reais** da natureza, mas unicamente para com suas **representações ideais** ou denominações. Assim, não só é a criação de um sistema de nomes pré-requisito para qualquer sistema de conhecimento – mas todo conhecimento verdadeiro consiste em criar nomes e combiná-los nas sentenças e juízos. Verdade e falsidade não são atributos das cousas, mas atributos da linguagem – a um espírito privado da linguagem, conseqüentemente, faltaria todo o poder sobre aqueles atributos e seria incapaz de distinguir e justapor “o verdadeiro” e “o falso”. Na visão nominalista de Hobbes a linguagem é uma fonte de erro unicamente na medida em que é também a condição do conhecimento conceutivo em geral, a fonte de toda a universalidade e de toda a verdade.⁽³²⁾

Jorge **Berkeley** (1685-1753) foi um continuador da análise do conhecimento exercida por Locke, em suas obras **Princípios do Conhecimento Humano**, **Hylas** e **Philomous**. Segue a orientação nominalista: não há representações universais. É ao mesmo tempo – no dizer de Von Aster – idealista fenomenalista: as “cousas”, as “subs-

tâncias" corpóreas são apenas complexos de conteúdos de sensações; sua existência consiste em ser percebidas, sua existência é sua consciência.⁽³³⁾

"A crítica da linguagem de Berkeley – consoante às expressões de Cassirer – parece ter privado a universalidade do seu último apoio, e assim, o método racionalístico, que é ainda inequívoco através das obras de Hobbes, parece afinal ter sido definitivamente refutado e eradicado. O evidente "logos" em linguagem, que ele tinha a princípio negado e energicamente suprimido, parece ter gradualmente libertado a si próprio do constrangimento do esquema sensacionista, dentro de que Berkeley tentou forçar toda a fala e o pensamento. Não obstante seu estudo e análise da função do **signo** e não obstante a nova avaliação positiva que o signo adquiriu para ele, o filósofo irlandês foi levado, passo a passo e inspiradamente, a uma nova visão fundamental da cognição. Ele próprio, em **Siris**, seu último trabalho, tomou o passo decisivo: libertou a "idéia" de todas as suas implicações sensacionistas-psicológicas e restituiu-a à sua significação platônica fundamental. E, nesta última fase do seu sistema, a linguagem também readquiriu uma posição dominante, verdadeiramente central. Enquanto anteriormente o valor da linguagem tinha sido contestado sobre princípios gerais, implícitos na metafísica e psicologia de Berkeley, testemunhamos agora, na forma final desta própria metafísica, uma inversão dramática e notável: toda a realidade, espiritual tanto como sensorial, é **transformada** dentro da linguagem. A visão sensacionista do cosmo mudou gradualmente dentro de uma visão puramente simbólica". Finaliza a dissertação sobre Berkeley contida na FFS: "Na luta entre metafísica e linguagem sai-se vitoriosa, no final, a linguagem, que tinha sido, a princípio, impelida do limiar da metafísica. Ela é não apenas readmitida, mas se torna o determinante crucial da forma metafísica".⁽³⁴⁾

2.9 – Passemos agora aos problemas da linguagem na Filosofia da Ilustração Francesa, ocupando-nos de dois pensadores que nela se destacam: **Condillac** e **Diderot**. Antes, porém, do enfoque individual e de algumas idéias que marcaram o pensamento desses filósofos no tocante à linguagem, busquemos traçar um panorama geral das situações que caracterizam os princípios filosóficos dominantes na época, desde a posição singular de Berkeley em sua última fase. O desenvolvimento principal foi em direção diversa, tendendo, cada vez mais claramente, a substituir os roteiros lógicos e metafísicos em que a relação da fala com o pensamento tinha, pela maior parte, sido considerada

até então, em perspectivas puramente psicológicas. Isto significa – observa Cassirer – uma vantagem indubitável para o estudo concreto da linguagem; em vez de considerar meramente a natureza da linguagem como um **todo**, pensadores começam a tomar um crescente interesse na **individualidade**, a especificidade espiritual das linguagens **particulares**. Enquanto a abordagem lógica, como se fosse compelida por seu método, voltou persistentemente ao problema de uma linguagem universal, a análise psicológica escolhe o caminho oposto.⁽³⁵⁾

Dionísio **Diderot** (1713-1784) teve – segundo Von Aster – uma posição filosófica que oscila entre o materialismo ateu, ao estilo de Epicuro, e um panteísmo hilezoístico, que considera o universo como um organismo vivo e sensível.⁽³⁶⁾ Com d'Alembert é o segundo editor da “Enciclopédia”.

Cada vez mais resolutamente – esclarece o autor da FFS – pensadores declararam que em lugar de ter como objetivo uma gramática universal, deve-se procurar e esforçar por compreender a **estilística** específica de cada linguagem separada. A ênfase no estudo da linguagem transferiu-se da lógica para a psicologia e a estética. Isto é particularmente óbvio naquele pensador que, como nenhum outro empirista (Locke), combinou a agudeza e a clareza da análise lógica com o mais penetrante sentimento pela individualidade, pelos mais finos sombreados e nuances da expressão estética. E prossegue, no mesmo passo: “Em sua “Carta sobre os Surdos-Mudos”, Diderot desenvolve a observação de Locke; mas o que em Locke fora um isolado **aperçu** é agora sustentado por uma abundância de exemplos concretos do campo da Lingüística e, em particular, da expressão literária, e expõe-se num estilo que é, em si mesmo, uma prova imediata de que cada forma espiritual verdadeiramente original cria a sua própria forma lingüística. Começando com um problema estilístico específico, o problema da “inversão” lingüística, Diderot progride metodicamente e, não obstante com o movimento mais livre do pensar, para o problema da individualidade da forma lingüística. Caracterizando a incomparável unicidade do gênio poético, de acordo com Lessing, considera que a obra de um verdadeiro poeta é e permanece intraduzível. Podemos interpretar o pensamento, podemos mesmo ter a boa fortuna de encontrar, aqui e ali, uma expressão equivalente, mas o tratamento geral, “o tom e o som” do conjunto, permanece um único, sutil e indecifrável “hieroglifo”.⁽³⁷⁾ E um tal hieroglifo, como uma lei formal e estilística, não é somente realizado em cada arte particular, em música, pintura, escultura, mas também domina cada linguagem particular, colocando sobre ela seu selo espiritual, sua marca intelectual e emocionante.

Aqui o estudo da linguagem entra em contacto direto com o problema básico que domina a ciência cultural por todo o século XVII e o XVIII. O conceito de **subjetividade** suportou a mesma transformação característica que nós encontramos na teoria da arte e a criação artística. Fora da estreita concepção empirista-psicológica da subjetividade surgiu aí, gradualmente, uma visão mais profunda e mais compreensiva, que removeu a subjetividade da esfera da pura faticidade accidental e ação arbitrária, para reconhecer sua “forma” espiritual específica, isto é, sua necessidade específica.⁽³⁸⁾ Na “**Lettre sur les sourds et muets**”, de Diderot, já citada, o conceito de gênio, apesar de não explicitamente acentuado, constitui o princípio animador de toda discussão teórica da linguagem e da arte; é o ponto de unidade ideal no sentido de que tal discussão é orientada. E isto é apenas um exemplo: nós mais diversos quadrantes este conceito foi introduzido no estudo da linguagem.

Antes de se ocupar de Condillac, o autor da “Lógica das Ciências da Cultura” tece considerações que envolvem Shaftesbury e Harris, acerca da linguagem. Discorre Cassirer: “Na Inglaterra o método empírico-psicológico, que procurou dissecar os processos espirituais em seus fatores sensoriais e materiais, no distante século dezessete, tinha cessado de dominar toda a vida intelectual; dividiu o campo com outra perspectiva, que foi orientada no sentido da “forma” daqueles processos e procurou apreendê-los em sua **totalidade** original e indivisível. Do ponto-de-vista da filosofia sistemática esta atitude encontrou seu centro no Platonismo inglês, em Cudworth e a Escola de Cambridge; ela realizou sua expressão literária completa em Shaftesbury. Toda a formação exterior das cousas materiais sensíveis – Shaftesbury manteve esta convicção em comum com o Platonismo inglês – deve ser baseada sobre certas proporções interiores, ou “aritmética interior”, como Shaftesbury as denominou, pois a forma nunca pode ser criada da matéria, é e permanece nascitura e imperecível, uma pura unidade ideal, que marca a si própria sobre a multiplicidade e então lhe confere forma definitiva. São estas **proporções** espirituais interiores e não a existência accidental e as propriedades accidentais das **cousas** empíricas que o artista verdadeiro representa em sua obra.”⁽³⁹⁾

A parte representada por este conceito estético-metafísico da “forma interior” na filosofia da linguagem pode ser vista em um trabalho emanado do círculo imediato do Neoplatonismo inglês e refletir claramente sua abordagem geral. Em seu plano conjunto, J. Harris, na obra “Hermes ou uma investigação filosófica concernente à gramática universal” (1751) parece conservar-se dentro da tradição das teorias

racionalísticas da linguagem, a perseguir, por exemplo, o mesmo ideal conforme a **Grammaire générale et raisonnée** de Port Royal. Repetindo, Harris procura criar uma gramática que, sem olhar para os idiomas particulares das diversas línguas, estabelecerá princípios universais idênticos para todas as linguagens. Ele procura basear a organização das linguagens em uma lógica geral e uma psicologia geral, que fará essa organização parecer necessária. À crença empirista na produção da “forma” fora da matéria ele opõe a sua própria, baseada em Platão e Aristóteles, em que ele insiste na absoluta primazia da forma. Todas as formas sensíveis devem ser baseadas em formas puras, inteligíveis, que são “anteriores” às formas sensíveis.⁽⁴⁰⁾

Com Estêvão de **Condillac** (1715-1780) a teoria empírica de Locke é transformada em puro sensualismo. A “observação” não é mais que a presença da sensação na consciência; a “comparação” é a coexistência de sensações “comparadas”; a “recordação” é um eco posterior mais débil na consciência”. (Von Aster)⁽⁴¹⁾ Para Condillac – disserta Cassirer – todas as ciências especiais são unicamente uma continuação do mesmo processo de analisar idéias que começou com a formação da linguagem. A linguagem inicial de signos fonéticos é aumentada por uma linguagem de símbolos gerais, particularmente de um caráter aritmético e algebraico, a “linguagem de calculação”; em ambas estas linguagens as idéias são analisadas, combinadas e ordenadas, segundo o mesmo princípio. As ciências como um todo nada mais são do que linguagens bem ordenadas (**langues bien faites**) e, similarmemente, nossa linguagem de palavras e sons é tão-só a primeira ciência da realidade, a primeira manifestação do impulso original no sentido do conhecimento, que move do complexo ao simples, do particular ao universal. Neste passo, não esquece a figura de Maupertuis, autor de “Reflexões Filosóficas sobre a Origem das Línguas e a Significação das Palavras”. Esse pensador tenta seguir aí este desenvolvimento da linguagem em detalhe, para mostrar como, dos seus primitivos começos, quando a linguagem possuía somente poucos termos para complexas percepções sensoriais, progressivamente cresceu a sua provisão de denominações, formas de palavras e partes do discurso por comparação consciente e diferenciação das partes desta percepção. A esta visão da linguagem, que a torna o produto do raciocínio abstrato, Herder após uma nova concepção da “razão lingüística”.

Mas, voltemos a Condillac. Depois de registrar alguns aspectos cartesianos do pensamento de Condillac, Étienne Gilson, que dedicou um livro àquele filósofo, de parceria com Thomas Langan, considera que “a empresa de Condillac vem a ser a continuação de uma larga

tradição, que remonta além dos sucessores que teve em Port Royal, aos gramáticos filósofos da Idade Média, particularmente aos fundadores da **grammatica speculativa**. Em sua **Grammaire** escreve: “Considero a gramática como a primeira parte da arte de pensar. Para descobrir os princípios da linguagem tem-se que observar como pensamos; estes princípios temos que buscá-los na análise mesma do pensamento. Pois bem, a análise do pensamento já está feita integralmente no discurso. Está feita, com maior ou menor precisão, segundo que as línguas sejam mais ou menos perfeitas e que aqueles que as falam tenham um espírito mais ou menos exato. Isto é o que me faz considerar as línguas como outros tantos métodos analíticos”.⁽⁴²⁾

A empresa de Condillac – adverte Gilson – tem o mérito de considerar a gramática como elemento da arte, não de falar, mas de pensar. Portanto, podemos estar certos de que sua análise da linguagem será, com efeito, uma análise do pensamento. Uma análise, porém, que, de entrada, já admite que o pensamento é analisável. Que, por conseguinte, se compõe de partes. Demais, dá por aceito que o pensamento, ao ser analisado, se decompõe em partes, que são as partes do discurso. Em seguida, admite que esta análise constituirá uma gramática geral que, por assim dizer, será como uma gramática da linguagem humana.⁽⁴³⁾

Por fim, anotamos as idéias de Condillac de que “a única linguagem natural é a linguagem das idéias simultâneas; a das idéias sucessivas, pelo contrário, é uma arte desde seus começos e é uma grande arte quando é levada à perfeição”.⁽⁴⁴⁾

(Continua no próximo tomo)